

FINANÇAS EM EQUILÍBRIO

- EDUCAÇÃO DESDE O FUNDAMENTAL -

Cristina Ministério é jornalista (Belo Horizonte – MG).

Nada que se refira à matemática e às finanças parece escapar do domínio do professor, conferencista e pesquisador Leopoldo Grajeda Fernandes, que tem um currículo capaz de fazer inveja a experientes educadores. Master of Science in Mathematics pela New York University, Mestre em Análise e Matemática Aplicada pela UFMG, desde 1995 é professor concursado dessa instituição, no Instituto de Ciências Exatas e na Faculdade de Ciências Econômicas. Também leciona no Ibmecc. É sócio fundador e pesquisador titular do Instituto de Pesquisas em Finanças e Investimentos, que tem como um dos pilares “a formação de profissionais à altura dos novos desafios impostos pela crescente complexidade e diversidade do mercado financeiro global, capazes de tomar decisões com responsabilidade e respeito aos valores ambientais, culturais, éticos, morais e sociais”. A partir da constatação de que mesmo as pessoas com nível superior não sabem lidar eficientemente com o dinheiro, o mineiro de Belo Horizonte, Leopoldo Grajeda tem voltado seus esforços no sentido de formar educadores financeiros, coordenando programas de educação financeira para que essas noções cheguem ao cidadão comum, principalmente, aos que possuem menos recursos. Segundo ele diz, a aprendizagem da educação financeira



Cristina Ministério

Professor Leopoldo Grajeda Fernandes: crença no potencial da educação financeira como fator de inclusão social

pode ser iniciada já no Ensino Fundamental, afinal “as crianças têm de aprender que o dinheiro não é um recurso infinito”.

Amae Educando – Em que consiste a educação financeira e que relação ela tem com a cidadania?

Leopoldo Grajeda Fernandes – A educação financeira ensina a usar bem o dinheiro, a cuidar bem dele e a evitar armadilhas. É um fator fortíssimo de inclusão social. Uma pessoa que trabalha numa instituição financeira, por bem ou por mal, acaba aprendendo o que é necessário, mas o cidadão comum fica totalmente à de-

riva. É muito preocupante. A escala das faixas de juros, no Brasil, pode exemplificar isso. Ela é muito ampla e começa na taxa Selic, que é relativamente pequena, e vai subindo, subindo, até o Banco Central divulgar, recentemente, que existem taxas de até 26% praticadas no país. Curioso é que as pessoas mais pobres pagam 26% e as que têm mais posses pagam taxas mais baixas pelos seus empréstimos. Aí está a perversidade da coisa. Isso é reflexo da falta de educação financeira e de educadores financeiros. A minha grande preocupação é justamente com os mais necessitados, os que deveriam ter mais cuidado e que não têm nenhu-

ma formação nesta área. Essas pessoas acabam fazendo os piores negócios, verdadeiras tragédias financeiras.

AE – E a quem caberia a tarefa de formar esse educador financeiro?

LG – Caberia ao Ensino Superior, mas o nosso grande desafio é conseguir formar professores, porque, atualmente, é um conhecimento considerado muito específico. Tradicionalmente, “sobra” para o professor de Matemática lidar com tudo que diz respeito a finanças. Por um lado é bom, porque ele atua desde as primeiras séries do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio, com uma carga horária muito grande. Seria bom que esse profissional fizesse isso, mas ele mesmo não recebe as noções básicas de educação financeira, durante a sua formação. Para se ter uma ideia, no curso de graduação da UFMG, a disciplina Educação Financeira não faz parte da grade curricular, ela é optativa. E, mesmo quando o aluno resolve cursá-la, ele aprende apenas os aspectos técnicos, não se abordam questões importantes para a vida das pessoas, como o fato de que elas precisam gastar menos do que ganham.

AE – E essa preocupação independe se estamos ou não passando por tempos de crise na economia...

LG – Em tempos de crise, a preocupação fica mais explícita, porque justamente nessa época se perde a referência do valor das coisas. Quanto vale um apartamento? Ontem valia R\$300 mil, hoje vale R\$100 mil, amanhã vai valer R\$400 mil. Nessa hora, se a pessoa não sabe o que é prioridade na sua vida, para saber o que realmente vale e o que não vale, acaba se perdendo e perdendo muito dinheiro. Toma decisões apressadas, sem base, e se arrepende. O grande problema é:

as finanças não podem nos dizer o que fazer. Nós é que temos de decidir. E não é só o quanto nos custa em dinheiro. Às vezes, tomamos uma decisão que é vantajosa em dinheiro, mas vai onerar muito em outras coisas. Temos de colocar na balança os vários aspectos e pesar. O aspecto financeiro é só um lado, não é o único nem o mais importante, embora um baixo poder aquisitivo limite as escolhas. Temos que fazer bem feito o nosso “dever de casa”: saber quanto custam, financeiramente, os nossos desejos.

“
Não precisamos ter regras para tudo, precisamos ter pessoas que tenham consciência e tomem decisões em comum.”

Leopoldo Grajeda Fernandes

AE – Existe uma relação entre o descontrole das contas e a diminuição da qualidade de vida?

LG – Essa relação é direta. Pessoas desorganizadas, às vezes até sem querer, porque houve um imprevisto inevitável, têm sua qualidade de vida prejudicada. O dinheiro que poderia garantir uma vida melhor será usado para pagar juros, às vezes, muito altos. Aquela que se descontrolou e

entrou no cheque especial de R\$1 mil, pelas taxas que os bancos cobram, vai pagar de juros aproximadamente R\$100,00 por mês. Com esse dinheiro, ela poderia comprar comida ou roupas de melhor qualidade, livros para o filho, fazer uma poupança para o futuro, gastar com lazer, indo ao cinema e ao teatro. Não é problema gastar com juros, se a dívida for planejada e precisar realmente ser feita. Às vezes, o retorno a compensa. Se uma pessoa compra um carro porque precisa dele para trabalhar e vai faturar mais é diferente de comprá-lo só por uma questão de *status*. Isto não faz sentido, mas vivemos numa sociedade em que os valores estão deturpados.

AE — O que a escola deve repassar aos alunos sobre educação financeira?

LG – É no Ensino Fundamental que se deve começá-la, embora as fontes para buscar esses conhecimentos deixem muito a desejar. Querendo ou não, todo mundo precisa lidar com dinheiro, bancos, investimentos, dívidas, e não existe nada nos Ensinos Fundamental e Médio para preparar as pessoas para isto. Elas têm de tomar decisões baseadas em valores e, muitas vezes, o professor é a único que o aluno tem para lhe falar o que é bom ou ruim, certo ou errado. É impossível escapar desse papel. Infelizmente, hoje se vive num mundo em que, cada vez mais, a família abre mão de sua função de transmitir valores e isso vai sobrecarregando a escola, principalmente aquela de alunos de classes menos favorecidas. O grande desafio do ensino, especialmente do Fundamental, é essa sobrecarga. O professor não pode apenas repassar conteúdos, ele também tem de transmitir valores. Quando falamos em dinheiro, o conceito de valor toma um aspecto ma-

terial, mas às vezes nos esquecemos dos outros valores que não têm essa dimensão, mas que são muito importantes. Um exemplo é aquela pessoa, de bom nível cultural, que tira o filho de uma boa escola e o coloca em outra, mais barata e de pior qualidade, para com o dinheiro economizado colocar um banco de couro no seu carro. Essa é a sua prioridade. Considero uma tragédia esse tipo de distorção e o combate a isso tem de começar na escola.

“**Já existem empresas que, durante um processo de seleção, após a análise de currículos, excluem um candidato se ele tiver dívidas.**”

Leopoldo Grajeda Fernandes

AE – E a educação financeira, quando dirigida ao público infantil, tem esse potencial de formar valores?

LG – Eu creio que sim porque, como se diz, é o hábito que faz o monge. Então, desde cedo temos de ir mostrando às crianças como é importante ter disciplina financeira, ter prioridade para os gastos. Às vezes, um pai dá ao filho, que passou no vestibular, uma quantia e ele compra um carro, mas não tem dinheiro para

a gasolina e para sua manutenção, nem precisa do carro. Melhor seria se o dinheiro fosse guardado para pagar uma pós-graduação. Infelizmente, nossa sociedade é muito consumista e os meios de comunicação colaboram para isso. As pessoas perdem um pouco as referências e o professor precisa ser essa fonte.

AE – Os cofrinhos de antigamente saíram de moda ou as crianças devem ser estimuladas a poupar?

LG – Eles saíram de moda, mas são importantes. Meu filho tem um e eu falo com ele para, quando comprar uma figurinha ou um pirulito, se sobrar uma moeda, colocar no cofrinho, para incentivá-lo, desde pequeno, a criar o hábito de gastar menos do que ganha.

AE – À escola cabe lutar contra o consumismo exagerado e até contra a pressão que alguns alunos fazem sobre os colegas?

LG – Sim. A escola pode evitar o desperdício e a competição entre alunos pelo material mais sofisticado. Se o colega tem uma mochila legal, bom para ele, mas não é preciso ter uma igual. Não é assim que as coisas funcionam. É importante também que os pais, mesmo tendo condições, não adotem o sistema de comprar tudo que a criança pede. Meu filho tem uma lista de prioridades das coisas que deseja e ela está sempre sendo atualizada. Anotamos nela o que ele quer, pela ordem de preferência. Quando chega seu aniversário, por exemplo, recorremos à lista. É uma coisa simples de fazer e muito saudável.

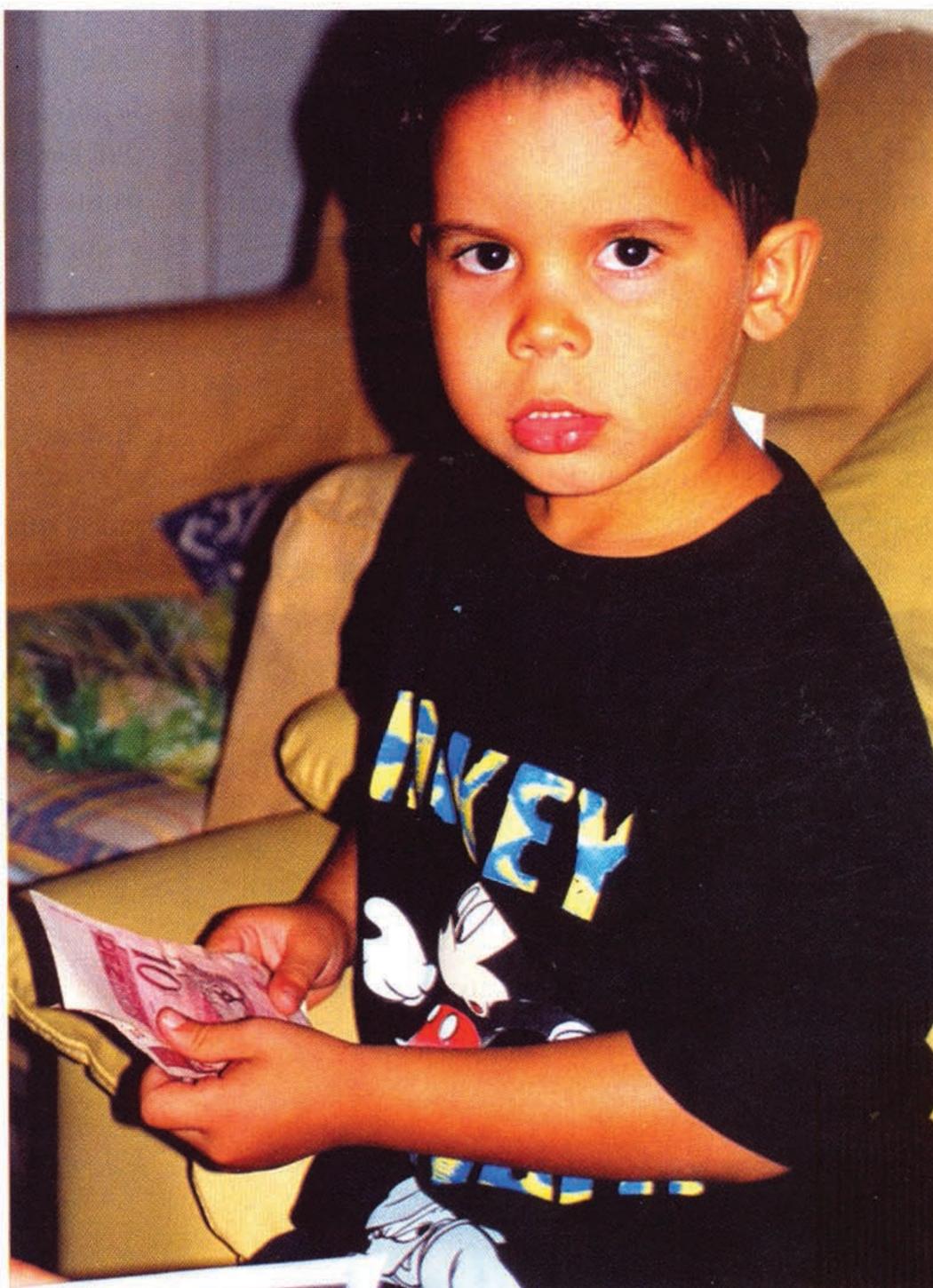
AE – Então, os pais podem colaborar, ou não, para despertar nas crianças, desde cedo, o consumismo descontrolado?

LG – Os pais incentivam muito o consumismo, principalmente comprando o que os filhos querem como forma de compensação. Quando não têm tempo para ficar com os filhos, eles costumam fazer trocas do tipo “não posso assistir ao seu jogo de futebol, mas me fala o que você quer que eu compro”. Os pais suprem uma necessidade de presença com um bem material, o que é ruim, pois a criança acaba achando que isso está certo: “não deu para ir, então...” passa a exigir e, depois, os pais ficam “apertados”. O casal que se separa, às vezes também tenta “comprar” o amor dos filhos, substituindo com bens materiais uma coisa que não é material. Isto, em geral, é muito grave. Existe na sociedade o hábito de comparar, natural no ser humano, e que desperta um sentimento também natural em todos nós – a inveja. Mas, ele tem de ser controlado de alguma forma. Deve ser apenas uma vontade momentânea e não do tipo “ah, quero ter um tênis assim, enquanto eu não tiver um tênis igual ou melhor, o mundo parou, eu não consigo pensar em mais nada”. Esse exercício de autocontrole tem de começar com a criança, porque ela também tem seus desejos.

AE – E esse exercício não impede que ela tenha sonhos...

LG – Não, mas as pessoas têm de aprender a planejar os sonhos, a construir a possibilidade de realizá-los. Em vez de comprar uma porção de carrinhos baratos, a criança pode poupar o dinheiro que seria gasto nessas compras, colocá-lo no cofrinho, e planejar para mais adiante a aquisição de um super, mega, ultra, fantástico carrinho de controle remoto, quando o cofrinho encher. Dessa forma, ela aprende também a fazer escolhas e a passar dessa fase do desejo puro e

simples, porque ele não pode ser indomável. Hoje vivemos num mundo dominado pelo desejo, onde se faz tudo que dá vontade. Não é assim que se vive em sociedade. Se uma criança não aprender a controlar suas vontades, como vamos conseguir que o faça, quando for um adulto? Temos também de ter o hábito de fazer contas: eu tenho tanto e aquilo custa tanto, e aí o professor de Matemática ajuda muito. Não podemos ir gastando e, quando acabar o dinheiro, acabou. Temos de planejar e a criança pode começar com a mesada. Não importa quanto ganhe, ela tem de se perguntar o que pode fazer com o dinheiro.



A criança e o dinheiro: ter prioridades para que o seu uso seja consciente é desafio para toda vida

AE – E em relação à mesada, é bom que as crianças a recebam? Ela deve ser condicionada à realização de algumas tarefas?

LG – Acho interessante que a criança receba uma mesada, mas é complicado definir a partir de qual idade. Para uma criança de 10 ou 12 anos é até constrangedor não ter uma mesada, não ter um dinheiro que é dela. Talvez seja bom começar com uma semanada porque, se ela gastar todo o dinheiro no primeiro dia, vai passar na penúria o resto do mês. É uma punição grande demais. Não gosto da ideia de vincular certas coisas. Querendo ou não, a criança tem de fazer a cama, porque é saudável, sem que isso fique relacionado ao recebimento de dinheiro. Certas coisas são

obrigações, como tomar banho e fazer o dever de casa. Premiar por alguma tarefa extra, como uma lavagem do carro, pode até ser. Mas não se pode perder de vista que não é aceitável incentivar o trabalho infantil. É claro que, em casos drásticos, pode haver a suspensão da mesada, mas mesmo assim tem uma conotação de chantagem.

AE – Uma pessoa que nunca teve uma educação financeira mais formal tem mais dificuldades de controlar suas finanças?

LG – Exatamente. Esse é o grande problema. Muitas pessoas

assistem aos noticiários televisivos e, diante de notícias sobre a economia, pensam que não têm nada a ver com aquilo, que está longe da sua realidade. É que elas não têm noção do quanto a taxa Selic, por exemplo, está embutida em tudo e que a subida ou descida da bolsa de valores afeta a vida de todos. Às vezes, uma pessoa contrata um consultor de finanças para fazer um trabalho que ela mesma, por formação, deveria saber fazer, mas há casos em que a consultoria é necessária. Hoje, o mundo financeiro está muito complexo. Antigamente era assim: tenho dinheiro, compro; não tenho, não compro. Com o crédito, mudou: tenho dinheiro, compro; não tenho, compro também. Aí, a vida pode se complicar, porque as pessoas não entendem bem as regras do jogo.

AE – Como a escola pode trabalhar, quando o assunto é dinheiro?

LG – Acho que deve incentivar o controle dos gastos, o planejamento do dinheiro, fazer algumas simulações, como a brincadeira de compras no supermercado, para que os alunos saibam como funciona a troca do dinheiro. A criança pode ser incentivada a participar do orçamento da casa, saber o valor das contas e aprender que economizando sobra para outras coisas. Também pode se informar sobre os gastos do governo, opinar no orçamento participativo, entrando no site da prefeitura de Belo Horizonte,

debatendo sobre a prioridade das pessoas, a melhor obra para todos e quanto ela custa. É importante também saber sobre os impostos, que são pesados, mas temos de pagá-los e que poderiam ser menores, se escolhêssemos melhores políticos. Isto é interessante para a formação da cidadania. Vale a pena incentivar os alunos a elaborar a sua lista de prioridades, mostrando que o mesmo dinheiro pode ter diferentes usos. Temos de saber escolher, estabelecer prioridades para a nossa vida, porque é muito comum, quando se chega aos 30, 40, 50 anos, dizer: "Ah, se lá atrás eu tivesse feito isso, hoje eu estaria muito melhor". Aí é tarde.

AE – O professor pode trabalhar esses conceitos de maneira transversal ou seria melhor que a escola

oferecesse um momento específico para uma educação financeira mais formal?

LG – Acho melhor que não haja um momento específico. No Ensino Médio, a educação financeira é multidisciplinar por excelência. Aproveitamos a História para falar na crise econômica, em Geografia, falamos da balança comercial, etc. Também no Ensino Fundamental, os conceitos devem ser diluídos. Em Matemática, podemos falar um pouco de educação financeira, quando fazemos contas para ver o que é possível comprar, para saber o que escolher e fazer o troco. Não precisa ser uma disciplina separada, que não tenha nada a ver com as outras. Sempre o professor deverá buscar alguma relação importante.

AE – Dinheiro traz felicidade?

LG – Dinheiro não traz felicidade, mas falta de dinheiro traz muita infelicidade para a grande maioria das pessoas. Mesmo para as que são muito desprendidas, isso gera estresse e costuma ser fator de desagregação familiar. É preciso tomar certos cuidados financeiros para não deixar que a falta de dinheiro atrapalhe a vida. O dinheiro, às vezes, não resolve, mas, se soubermos o que fazer com ele, ajuda muito.

Tome nota

Os contatos com o professor Leopoldo Grajeda Fernandes podem ser feitos pelo tel. 31-3261-4399 ou pelo e-mail leopoldo@grajeda.com.br. O site do Instituto de Pesquisas em Finanças & Investimentos é www.ipfi.com.br.



NORMAS DE COLABORAÇÃO

Educador, envie-nos seu artigo ou relato de experiência.

Observe nossas normas de colaboração:

- A revista Amae Educando divulga experiências e práticas de: Educação Infantil, Ensino Fundamental, curso de Magistério e curso de Pedagogia.
- Os trabalhos, direta ou indiretamente relacionados com a educação, podem ser apresentados sob a forma de relatos de experiências, planejamentos, sugestões de atividades e de recursos metodológicos.
- Os artigos enviados para publicação em Amae Educando precisam ser, necessariamente, inéditos.
- Esses textos serão apreciados pela Coordenadoria de Publicações e Eventos da Fundação Amae e pelo Conselho Editorial da revista, constituído por especialistas colaboradores. A decisão do Conselho Editorial é irrecorrível.
- Os trabalhos devem ser digitados e impressos em duas vias, gravados em disquete ou CD, corpo 12, entrelinha 15, espaçamento entre parágrafos 6 pontos e enviados por correio ou pelo e-mail fundacaoamae@brfree.com.br.
- O texto não deve ser digitado em maiúsculas. Estas serão reservadas para os casos previstos pela gramática, como início de frases e iniciais de nomes próprios.
- O artigo deve ser limitado, no máximo, a oito páginas. Monografias e artigos muito extensos não serão aproveitados.
- O artigo deve conter nome completo do autor, função atual e instituição onde atua, telefones e endereços para contato e outras referências curriculares que julgar pertinentes.

- Quadros, tabelas, gráficos, fotos e ilustrações podem acompanhar o texto. Incluir pautas no caso do envio de músicas. Se as fotos forem de autoria de terceiros, é necessário mencionar o nome do fotógrafo, juntando permissão para publicação.
- Referências bibliográficas, quando necessárias, devem estar de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, não devendo ultrapassar cinco indicações.
- A revista permite-se fazer alterações na linguagem do texto, modificar o título original, bem como definir a sua apresentação gráfica. Em caso de modificações substanciais, estas serão sugeridas ao autor, que fará a devida revisão.
- Textos analisados e aceitos não terão prazo imediato de publicação. Após publicados, Amae Educando adquire o direito de republicação, isento de qualquer remuneração ao autor, nas mesmas condições da primeira publicação.
- Os textos, publicados ou não, não serão devolvidos, assim como não será fornecida ao autor apreciação ou avaliação do artigo.
- Informações e opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade do autor e não são, necessariamente, as adotadas pela revista.
- Serão fornecidos ao autor, gratuitamente, exemplares da edição em que seu artigo foi publicado.